

Estado do Rio Grande do Sul CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS

Projeto de Lei Legislativa

Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Funções do Poder Legislativo do Município de Três Passos - RS.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. Fica estabelecido no serviço público do Poder Legislativo de Três Passos nos termos desta Lei.
- Art. 2°. O Plano de Classificação de Cargos aplica-se a todos os servidores do Poder Legislativo, assim entendidos os servidores municipais definidos no Regime Jurídico Estatutário, estabelecido em lei.
- Art. 3°. A organização do pessoal do Poder Legislativo com base no "Sistema de Classificação de Cargos e Funções de Confiança" fica assim constituído:
 - I Quadro Permanente de Cargos;
 - II Quadro de Cargos em Comissão e de Funções De Confianças.
 - § 1° O Quadro Permanente de Cargos é constituído por cargos de provimento efetivo.
- § 2º O Quadro de Cargos em Comissão e de Funções De Confiança é integrado por todos os cargos de provimento em funções de Confiança criadas por esta Lei.
 - Art. 4°. Para os efeitos desta Lei, considera-se:
- I Cargo: É o criado por Lei em número certo e com denominação própria, constituindo no conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor, mediante retribuição pecuniária padronizada.
 - II Categoria Funcional: É o agrupamento de cargos da mesma denominação, com
- iguais atribuições, constituídas de padrões e classes. III - Classe: É a identificação numérica do valor do vencimento da Categoria Funcional.
 - Art. 5° Os cargos são de provimento efetivo ou comissão.
- Art. 6° Considera-se Função De Confiança, para os efeitos desta Lei, a que corresponder as atribuições de chefia, direção e/ou assessoramento.

TÍTULO II DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS

- Art. 7º. A estrutura básica do Quadro Permanente de Cargos é constituída do serviço de Administração Geral.
- Art. 8º. Fica definido o Quadro de Cargos de provimento efetivo, com respectiva denominação, número de cargos, e classe de vencimento.

. ~ _	Nº de Cargos	Classe	Remuneração
Denominação	N° de Cargos	1	R\$ 700,00
Oficial Legislativo	01	1	Τ(ψ 7 00,00

Parágrafo Único – Caso o servidor de provimento efetivo ocupe o cargo de Diretor Geral fará jus a uma gratificação de R\$ 200,00 (duzentos reais).

CAPÍTULO II DA CRIAÇÃO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS

- Art. 9 Entende-se por classificação dos cargos, a discriminação de deveres e responsabilidades, contendo o nome do cargo, o nível, o padrão, a síntese de deveres, exemplos de atribuições, condições de trabalho, requisitos para provimento, para recrutamento e acesso.
- Art. 10 Faz parte integrante desta Lei, como o anexo I, as especificações do Quadro Permanente de Cargos, as quais só poderão ser alteradas por lei.
- Art. 11 Toda e qualquer proposta de concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título terá que ser prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conter dotação orçamentária suficiente para o atendimento das despesas até o final do exercício, inclusive para os encargos e despesas decorrentes.
- Art. 12 Fica definido o Quadro de Cargos em Comissão e Funções De Confiança do Poder Executivo, com denominação, número de cargos e classe de vencimentos.

Denominação	Número de Cargos	Remuneração
Diretor Geral	Oargoo 01	R\$ 900,00
	01	R\$ 500,00
Assessor Legislativo	01	R\$ 300,00
Assistente Administrativo	01	

- Art. 13 O provimento das Funções De Confiança é privativo de servidores públicos efetivos.
 - Art 14 As atribuições dos cargos de cargos em comissão fazem parte integrante desta

§ 2°. A lotação dos cargos será estabelecida através de portaria.

TÍTULO III DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Art. 15 - O recrutamento dos cargos de provimento efetivo se dará por Edital de Concurso e a seleção através de provas ou de provas e títulos e proceder-se-á sempre que for necessário o preenchimento dos cargos criados por Lei.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 16. O Poder Legislativo promoverá o aperfeiçoamento de seus servidores, no sentido de melhor prepará-los para as funções que lhe são afetas, com o objetivo de promover o aprimoramento dos serviços públicos.
- Art. 17. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
 - Art. 18. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subseqüente à sua publicação.
 - Art. 19. Revoga-se a Resolução nº 115/93 de 07 de dezembro de 1993.

Três Passos, 03 de Setembro de 2001.

LURDES DRESCH PRESIDENTA

ANEXO I

CARGO: OFICIAL LEGISLATIVO

SÍNTESE DOS DEVERES: Executar trabalhos legislativos e de contabilidade.

Exemplos de atribuições: Preparar os livros de registro de presença dos Vereadores, oradores para o pequeno e grande expediente e para as explicações pessoais; elaborar e expedir as convocações das sessões da Câmara; redigir as atas das sessões da Câmara; providenciar a encadernação dos livros de Atas, de Projetos de Leis e demais coletâneas; preparar a resenha do expediente e da ordem do dia, especialmente os papéis que devem passar pelo expediente das sessões; redigir as atas das reuniões da mesa, bem como preparar o livro de Registro de presença de seus membros; elaborar proposições bem como datilografar ofícios, cartas e proposições em geral apedido dos Vereadores; redigir, numerar, sobescritar os envelopes necessários e expedir correspondências da Câmara; proceder serviços datilográficos em geral; prestar informações relativas ao andamento e localização de processo e demais documentos; controlar os prazos de projetos enviados a sansão do Prefeito e vetos recebidos; dar ciência ao chefe de serviço da Câmara, dos prazos vencidos das proposições nas comissões; receber e anotar documentos e demais papéis, juntá-los, quando for o caso, distribui-los e controlar sua tramitação; receber classificar e protocolar todos os Projetos de Lei, Decretos Legislativos, Resoluções, requerimentos, moções, indicações, substitutivos, emendas e sub-emendas, bem como protocolar toda a correspondência recebida e expedida, zelando pelos documentos recebidos para protocolo. Organizar, em livros próprios, atos em geral, portarias, resoluções, decretos legislativos, leis promulgadas pelo Legislativo, Projetos de Lei e Contratos Celebrados; minutar e expedir certidões a vista de despacho da autoridade competente; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todos os livros e publicações adquiridos pela Câmara, bem como manter em arquivo jornais e outras revistas e boletins de interesse da administração municipal; receber, arquivar e conservar processos cópias de certidões expedidas, editais, contratos celebrados, ordens de serviço, instruções, avisos, convocações, leis, regulamentos, atos, portarias, decretos legislativos, circulares, correspondência recebida e expedida, declaração de bens dos vereadores, livros em geral e demais papéis e documentos que transitem pelo legislativo; manter sigilo sobre os processos, documentos, correspondências e atos oficiais; providenciar para que a entrega da correspondência e processos se faça com rapidez e segurança; tombar os bens móveis e imóveis pertencentes a Câmara, apresentando anualmente até 31 de dezembro relatório circunstanciado de todos os bens de caráter permanente; exercer outras atribuições determinadas pelo chefe de serviços da Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara. Realizar os serviços contábeis da Câmara Municipal; realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras da contabilidade da Câmara Municipal; planejar modelos e fórmulas para uso nos serviços de contabilidade; realizar a escrituração, realizar estudos financeiros e contábeis, elaborar projetos sobre abertura de créditos adicionais e alterações orçamentárias da Câmara Municipal; elaborar Decreto Legislativo referente ao orçamento da Câmara; executar a escrituração analítica dos atos ou fatos administrativos; escriturar contas correntes diversas; organizar balancetes de receita e despesa; fazer os empenhos, liquidações e ordens de pagamento; elaborar mensalmente balancetes de despesa e de receita; fazer a folha de pagamento mensalmente; efetuar os pagamentos de todas as despesas; controlar a conta bancária; efetuar pagamento de pessoal; e executar outras atividades correlatas. IORNADA DE TRABALHO: 37,5 horas semanais

ANEXO II

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

SÍNTESE DOS DEVERES: Auxiliar atividades auxiliares de administração geral, sob supervisão.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÃO: Proceder a circulação interna de papéis nas repartições do município; entregar e receber correspondências no correio e demais locais dentro da cidade; proceder a separação, classificação, distribuição, selagem e expedição de correspondências; atender ao telefone; anotar e transmitir recados; manter contato com o público, prestando-lhe informações que estiver ao seu alcance; tirar cópias xerográficas; fazer compra de material quando devidamente autorizado; executar serviços de portaria; fazer serviços de bancos; executar outras tarefas correlatas.

JORNADA DE TRABALHO: 37, 5 HORAS SEMANAIS

REQUISITOS DE PROVIMENTO: 2º GRAU INCOMPLETO.

CARGO: ASSESSOR LEGISLATIVO

SÍNTESE DOS DEVERES: Executar serviços complexos de escritório que envolvam interpretação de Lei e normas administrativas, especialmente para fundamentar informações.

Exemplos de Atribuições:

Examinar processos relacionados a assuntos gerais da Administração Municipal, que exijam interpretação de textos legais, especialmente da legislação básica do município; elaborar parecer instrutivos, qualquer modalidade de expediente administrativo, inclusive atos oficiais, portarias, decretos, resoluções, projetos de lei; Preparar os livros de registro de protocolo e de presença dos membros das Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito; redigir as atas das reuniões das comissões da Câmara; elaborar e expedir as convocações e correspondências das comissões; participar das sessões legislativas; ouvir as gravações das sessões e fazer resumos dos discursos das sessões; participar e secretariar as reuniões das comissões permanentes; fazer relatórios para a imprensa; elaborar ofícios e projetos.

Jornada de Trabalho: De 20 a 37,5 horas semanais

Requisitos de provimento: Curso superior completo ou estar cursando nível superior.

CARGO: DIRETOR GERAL

ATRIBUIÇÕES: Supervisionar, coordenar e dirigir os serviços administrativos da Secretaria e zelar pelo seu funcionamento, de modo a lhes manter eficiência; preparar os termos de compromisso e posse dos Vereadores e suplentes; cumprir e fazer cumprir as determinações da Presidência; expedir, no que for de sua alçada, instruções e ordens necessárias ao bom andamento dos trabalhos; reunir, periodicamente, os funcionários da edilidade, a fim de assentar providências ou discutir assuntos de interesse do serviço; providenciar e levar à provação do Presidente a escala de férias do pessoal do Legislativo; prestar ao Presidente as informações que lhe forem solicitadas; submeter ao Presidente da Câmara a matéria a ser discutida e votada, promovendo o encaminhamento dos papéis que pela Câmara tramitarem; determinar e dirigir a publicação de matéria legislativa da Ordem do dia e do Expediente; providenciar a publicação de Leis, Decretos Legislativos, Resoluções, Editais e demais atos do Legislativo; coordenar e orientar, se for o caso, a elaboração e publicação de boletim de serviços do Legislativo; promover as obtenções de livros, periódicos, mapas, gravações, documentos técnicos e outras revistas e publicações de interesse da Câmara; assinar o fecho das matérias referentes às Resoluções, Decretos Legislativos, Projetos de Lei, Leis Promulgadas pelo Presidente, Portarias, Editais, Regulamentos, instruções e atos da Mesa e da Presidência; assinar, com o Presidente da Câmara, as Portarias, Editais e avisos; abrir ou fazer abrir toda correspondência dirigida à Câmara Municipal; fazer obedecer o horário de trabalho da Secretaria, prorrogando ou antecipando o expediente de acordo com a necessidade dos serviços; assistir a todas as reuniões e prestar assistência à Mesa durante as suas reuniões e os trabalhos plenários, informando sobre assuntos atinentes ao serviço interpretações regimentais; prestar às comissões permanentes e especiais, assistência que lhe for solicitado no que se refere à redação, constitucionalidade, conveniência e oportunidade de proposições em geral; opinar sobre sistema de organização dos trabalhos legislativos; acompanhar a execução da Receita Orçamentária, prestando a qualquer momento toda a informação solicitada pelo Presidente e demais Vereadores sobre a situação financeira do Legislativo, inclusive elaborando Projetos que digam respeito a créditos necessários ao atendimento das despesas da Câmara; zelar pela documentação arquivada e bens sobre sua responsabilidade, adotando as providências pendentes à sua segurança e restauração; manter permanentemente informada a Mesa da Câmara quanto ao andamento dos trabalhos sob sua direção; promover a elaboração de atos da Mesa e da Presidência, contratos, Resoluções, Decretos Legislativos, Portarias, Editais, Instruções, Memorandos, relatórios, etc.; supervisionar e colaborar na elaboração das atas das sessões públicas e das reuniões das comissões da Câmara; propor a aquisição de material, a fim de atender as necessidades da Câmara; revisar os livros de registros de: termo de compromisso e posse, atas das sessões da Câmara, Leis promulgadas pelo Legislativo, Resoluções, Decretos Legislativos, regulamentos, instruções, portarias, atos, debates, Projetos de Lei, Contratos, registro geral das comissões, Registro geral da secretaria; revisar os originais de Leis promulgadas pelo Legislativo, Resoluções, Portarias, Decretos Legislativos, pareceres, atos, correspondência expedida, Projetos de Lei, Ordens de Serviço, instruções e demais papéis e documentos; apresentar, anualmente, até o dia 31 de dezembro ao Presidente do Legislativo, relatórios circunstanciais das atividades da Secretaria no decorrer do ano; executar outras atividades correlatas determinadas pelo Presidente da Câmara.

JORNADA DE TRABALHO: 37, 5 HORAS SEMANAIS

REQUISITOS DE PROVIMENTO: Curso superior completo ou estar cursando nível superior.

Câmara Municipal de Vereadores

De:

Igam Igam <igam@igam.com.br>

Para:

<cmver@mksnet.com.br>

Enviada em:

quinta-feira, 6 de setembro de 2001 15:25

Assunto:

Fw: Plano de Cargos

Prezada Marlise,

A legislação enviada está adequada. Todavia, sugiro que seja revista escolaridade para acesso aos cargos públicos, pois pode nao haver pessoas habilitas para preenchimento, o que impossibilita a noemação.

Qualquer dúvida entre em contato conosco.

Atenciosamente,

Giovani

---- Original Message -----

From: Câmara Municipal de Vereadores

To: igam

Sent: Monday, September 03, 2001 4:11 PM

Subject: Plano de Cargos

Giovani

Estamos enviando o plano de classificação de cargos da Câmara. Fizemos algumas alterações e gostaríamos que você nos dissesse se pode ficar assim como está. Retiramos a parte do plano de carreira, pois inicialmente haverá somente um funcionário efetivo.

Verifique pra nós se nos Anexos I e II, na parte de provimento, pode ser o que colocamos, em relação ao curso superior. É preciso colocar a área específica do curso superior?

Sem mais para o momento, agradecemos.

Marlise Câmara de Três Passos